

Os metodistas e o golpe militar de 1964

*Vasni de Almeida**

Resumo

Os protestantes metodistas não ficaram alheios aos acontecimentos que levaram ao golpe desferido pelos militares contra o governo João Goulart, em 31 de março de 1964. Não se manifestaram diretamente quanto ao fato político, posicionando-se a favor ou contra a quebra da legalidade institucional, mas expressaram o que pensavam em relação a temas que estavam no centro do debate envolvendo a ação dos militares. O silêncio, a defesa da ordem, a denúncia das injustiças sociais e a defesa da democracia, vozes recorrentes dos metodistas no jornal *Expositor Cristão*, indicam os posicionamentos desses evangélicos quanto a ditadura instalada.

Palavras-chave: política; metodismo; ditadura militar; relações sociais

The Methodists and the Military Crash of 1964

Abstract

The protestants were not strange to the events that took to the crash causes by the military ones against João Goulart's government, on march 31, 1964. They didn't answer straightly to the political fact, being positioned in favor or against the break, of the institutional legality, but they expressed what they thought in relation to themes that were in the middle of the discussion involving the armed actions. The silence, the defense of the order, the accusation of the social injustices and defense of the democracy, appealing voices of the methodists in the *Expositor Cristão* newspaper, indicate the positioning of those evangelical ones according to the installed dictatorship.

Keywords: Politics; Methodism; Lecture; Social Relationships; Religiosity.

* Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins - UFT / Campus Araguaína.

Los metodistas y el golpe militar de 1964

Resumen

Los protestantes no se mantuvieron ajenos a los eventos que llevaron al golpe militar contra el gobierno João Goulart, el 31 de marzo de 1964. No se manifestaron directamente al hecho político, posicionándose en favor o contra la quiebra de la legalidad institucional, pero expresaron lo que pensaban en relación a temas que estaban en el centro del debate que involucraba las acciones de los militares. El silencio, la defensa del orden, la imputación de las injusticias sociales y la defensa de la democracia, voces recurrentes de los metodistas en el *Expositor Cristão*, indican las actitudes de esos evangélicos en relación a la dictadura instalada.

Palabras clave: política; metodismo; dictadura militar; relaciones sociales.

Introdução

Não houve, da parte das lideranças da Igreja Metodista do Brasil, nenhuma manifestação formal a respeito do golpe iniciado pelos militares em 31 de março de 1964. Os bispos das seis regiões eclesiásticas, integrantes do Colégio Episcopal, órgão máximo de administração da igreja, não publicaram nota oficial ou reflexão a respeito do acontecimento que mudaria a vida política brasileira por mais de 20 anos. Caso tivéssemos que nos pautar em manifestações expressas dos bispos para verificar as justificativas reveladoras da adesão ou aceitação do regime ditatorial instaurado, objeto da reflexão em tela, é bem provável que não teríamos uma noção muito clara no que se refere ao comportamento dos metodistas ante à mudança de regime político. Isso porque essa denominação, assim como as demais igrejas protestantes de origem missionária implantadas no Brasil a partir de segunda metade do século XIX, por razões históricas quanto a formação do campo religioso protestante, adotou a prática do “daí a César o que é de César”. Lembremos que o protestantismo missionário brasileiro se constituiu, via de regra, na esteira do embate com a Igreja Católica, durante a Colônia e Império, a igreja oficial do estado português e brasileiro. Não se envolver em questões políticas era uma forma de marcar identidades.

Não vamos, dessa forma, apresentar dizeres que revelem uma defesa explícita dos interesses políticos e ideológicos em curso no agitado ano de 1964. Não podemos enfocar o comportamento dos metodistas quanto ao golpe senão pelas posturas anunciadas no campo da polarização mudança/conservadorismo, tão em voga no pe-

ríodo. Uma questão bem resolvida pela historiografia voltada para a tomada de poder pelos militares é a que refere a unidade das forças conservadoras do País contra a política reformista de João Goulart. É no embate conservadorismo/mudanças que encontramos a chave enunciadora das atitudes desses evangélicos quanto à rejeição ou adesão ao golpe. As vozes que ecoaram no meio metodista revelam tendências. Essas vozes (ou ausência delas) foram percorridas no jornal *Expositor Cristão*, maior instrumento de divulgação do pensamento religioso do metodismo brasileiro à época. Foi nesse jornal que percebemos discursos sobre temas que tiveram centralidade nos momentos anteriores e posteriores ao golpe, tais como reforma agrária, comunismo, família, ordem e sindicalismo.

As notas, as reflexões de cunho teológico, as notícias enviadas das igrejas e outras formas de expressão demonstram ambiguidades quanto ao novo momento social e político do País na década de 1960. Alguns compreenderam o golpe como um retrocesso, outros como alternativa à crise. É por esse clima de recusa, aceitação, perplexidade que apresentamos o que disseram os metodistas sobre o regime instaurado pelos militares.

A natureza conservadora do golpe

Não é nosso propósito escrever sobre os significados do Golpe Militar de 1964 para os metodistas brasileiros, pois isso demandaria outro tipo de abordagem. Nem é nossa intenção descrever o que foi o golpe, já que a bibliografia sobre o tema é vasta e esclarecedora. Nosso propósito é a manifestação dos evangélicos metodistas sobre os temas que estiveram no epicentro da crise envolvendo o governo em 1964. Para tanto, é necessário sinalizar para a natureza conservadora do golpe, para, em seguida, compreender como reagiram os membros dessa igreja.

O governo João Goulart (1961-1964) foi marcado por turbulências nos campos político, social e econômico. Desde a primeira metade da década de 1950, os movimentos dos camponeses e dos operários urbanos começaram a se organizar, de forma mais autônoma, em relação ao populismo varguista, do qual João Goulart era herdeiro. As ligas camponesas organizadas por Francisco Julião aglutinavam os pequenos agricultores, os sindicatos rurais recebiam orientação do Partido Comunista Brasileiro, as greves promovidas pelos operários urbanos passaram a expressar cada vez mais a necessidade de reformas políticas e os estudantes se movimentavam em busca de

liberdade e autonomia nas universidades (FAUSTO, 2004: 443-553). Mesmo se pautando por medidas populistas, João Goulart granjeava e retribuía os apoios de camponeses, operários, estudantes e parte da intelectualidade. Durante a fase presidencialista de seu governo, representantes considerados de esquerda figuravam no centro do poder, como Celso Furtado, San Tiago, Darcy Ribeiro e outros simpáticos aos movimentos dos trabalhadores, como Almino Afonso. Ainda tinha como aliados os esquerdistas Miguel Arraes, governador de Pernambuco e Leonel Brizola, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Na oposição figuravam os nomes de Carlos Lacerda, governador do estado de Guanabara e Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, ambos da União Democrática Nacional (UDN), partido sempre pronto a apoiar tentativas golpistas (FAUSTO, 2004: 454,455).

Na tentativa de frear o alto índice de inflação que corroía os salários e impedia o crescimento econômico, o governo propunha cortar gastos públicos, aumentar os impostos dos que possuíam renda mais alta e restringir a remessa de lucros ao exterior. Essas medidas não agradaram os sindicatos e muito menos os empresários e investidores estrangeiros. Não conseguindo montar uma base de apoio ao seu projeto de desenvolvimento nacionalista, João Goulart adotava práticas políticas cada vez mais próximas dos que propugnavam por mudanças mais radicais para solução dos crônicos problemas de concentração de renda e baixo desenvolvimento econômico. As chamadas “reformas de bases”, decretadas pouco antes do golpe, faziam parte dessas políticas e traduzia em muito as expectativas dos setores mais progressistas da sociedade brasileira. Cinco eram os pontos centrais dessas reformas:

- 1 – Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia e em dinheiro.
- 2 – Reforma política, com extensão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis”.
- 3 – Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra.
- 4 – Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente da República.
- 5 – Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendo das reformas de bases (BANDEIRA, 2001: 163).

As reformas propostas por Goulart, vistas com ressalvas pelas esquerdas, serviram como mais um marco de coesão dos conservado-

res, há tempos esperando uma instituição que destronasse o populismo nacionalista. Posicionaram-se contra as reformas os empresários nacionais, os investidores estrangeiros, o governo norte-americano, os militares do alto comando e as classes médias, temerosas de as reformas se transformassem na porta pela qual o comunismo entraria no Brasil. Segundo Moniz Bandeira (2001:165), o problema, na visão das classes dirigentes, não eram os sindicatos, as ligas camponesas e os estudantes defenderem as reformas, o que elas temiam era que a “democracia política desbordasse, e as massas, em ascensão, aprofundassem socialmente o processo das reformas”.

A demonstração de coesão das forças conservadoras veio com as marchas da “Família com Deus pela Liberdade”, que reuniram, antes e depois de golpe, centenas de milhares de pessoas em São Paulo e Rio de Janeiro. O comunismo, a corrupção e o sentimento religioso do povo brasileiro foram alçados a condição de símbolos para a derrubada do governo Goulart. Moniz Bandeira esclarece que as classes médias conservadoras se aglutinaram para explicitar sua fúria contra as reformas. Estrategicamente, o discurso conservador das entidades antirreformistas não mirava o presidente e nem as propostas reformistas, pois as mesmas eram bem recebidas pelas populações pobres, mas se voltava para o sentimento religioso dos brasileiros. Se a maioria da população se declarava cristã, essa maioria corria perigo ante o avanço do comunismo. Os problemas, dessa forma, não residiam na figura do chefe do executivo ou nas letras das reformas, mas na ideologia que as sustentavam. Sutilmente, os conservadores desviavam o foco de suas investidas, ao alardearem que as reformas não chegavam a ser um problema, mas sim o comunismo embutido em seus princípios.

Sob o impacto do apelo religioso e da propaganda anticomunista, ativada pela imprensa conservadora, parcela das classes médias, que a inflação castigava, derivou para a direita, para engrossar as correntes anti-Goulart. O equilíbrio de forças rompeu-se, o centro, como em todos os momentos de crise, sumiu, e o governo balançou (BANDEIRA, 2001:165).

Os militares, representando a instituição que “purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo” chegaram ao poder em 31 de março de 1964. Nove dias depois instituíram os primeiros atos do novo regime, tais como a cassação de mandatos de políticos contrários

ao golpe, a suspensão de direitos políticos, o fim da estabilidade dos servidores públicos e a abertura de inquéritos policiais contra todos os que posicionassem contrários ao novo governo (FAUSTO, 1999:466-467).

O silêncio dos metodistas quanto ao golpe

O jornal *Expositor Cristão*, fundado em 1885, pelo missionário J.J. Ranson, nos anos sessenta era publicado quinzenalmente. Desde o seu aparecimento, esse jornal se traduzia no principal informativo dos metodistas. Nele eram publicadas atividades realizadas pelas igrejas locais, as agendas das lideranças, as reflexões episcopais sobre temas em circulação na sociedade, enfim, todas as informações essenciais dessa denominação. Esse informativo servia como um dos poucos espaços de intercâmbio de conhecimentos e práticas eclesiais no metodismo brasileiro. O número 7, do ano 79, foi publicado em 1 de abril de 1964, um dia após o início do golpe desfechado pelos militares. Como era de esperar, não houve menção ao fato, em grande medida justificada por questões operacionais e de desencontro de informações. Quanto às questões operacionais, sabe-se que à época, um periódico de circulação restrita, elaborado sem muitos recursos tecnológicos, tinha sua pauta definida muitos dias antes de sua impressão. As possibilidades de alteração de pauta eram quase nulas em um jornal dessa natureza. Quanto ao desencontro de informações, é de conhecimento de todos que o golpe estava sendo articulado há muitos meses por representantes das forças contrárias ao governo, mas tal articulação era sigilosa. Mesmo os envolvidos diretamente no episódio não sabiam com certeza quando ele ocorreria. Quando os militares se sublevaram, em 31 de março, mesmo os meios de comunicação mais conhecidos não tinham clara noção do que estava acontecendo. Não se poderia esperar outra atitude de um informativo interno de uma igreja.

Mas quinze dias depois, as notícias sobre o golpe estavam mais cristalizadas e poucos setores mais esclarecidos da sociedade as ignoravam. A edição número 8 do *Expositor Cristão*, ano 79, de 15 de abril de 1964, veio a público sem nenhuma manifestação oficial dos representantes da igreja. Nenhuma orientação, nenhuma reflexão teológica dos bispos sobre aquele que seria tema recorrente nos principais meios de comunicação. Se a censura ainda não havia sido impetrada, quais as razões para o silêncio? Ousamos tecer algumas considerações que podem indicar os seus motivos. Primeiro é que o

silêncio diz tanto quanto o ato de falar ou se manifestar. O silêncio revela não apenas o desconhecimento de um fato, mas o desejo de não dizer o que se conhece. Nesse não dizer está implícito o dito, o revelado por outras práticas e posturas. Nas palavras de Orlandi (2005: 85), “entre o dizer e não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move”. Ainda segundo a autora (2006: 265), o não dizer pode ter a intenção de limitar o leitor “no quadro discursivo limitado por esse silêncio”.

O silêncio não é destituído de historicidade. É uma prática social. A não manifestação oficial dos bispos sobre os problemas políticos em questão tem uma história. É preciso buscar as explicações na cultura religiosa adotada pelos metodistas desde o século XIX. De acordo com Reily, o distanciamento da Igreja Metodista do Brasil para com a política partidária, já em seu momento de implantação definitiva, em 1871, pode ser explicado de duas formas, que não são estanques, mas conjugadas. Uma é a opção espiritualista das igrejas protestantes do sul dos Estados Unidos, da qual a Igreja Metodista do Brasil é herdeira, que acreditavam o envolvimento político/partidário como algo “deste mundo”. Nessa compreensão, a igreja não era uma instituição que devesse ocupar de questões “terrenas”, mas com coisas “dos céus”. Fazia-se a leitura literal do mandamento bíblico do “daí a César o que é de César”. A outra explicação reside no posicionamento dos protestantes brasileiros frente ao catolicismo. Se este, desde a Colônia, aliava religião com poder político, caberia ao protestantismo ser diferente. E ser diferente significava não se envolver em atividades em que os católicos estivessem presentes, entre elas a política partidária e seus resultados. Soma-se a essa cultura religiosa o fato de não serem os protestantes, enquanto grupos sociais, significativos para as forças políticas do país, já que não representavam uma massa eleitoral expressiva, como ocorre na atualidade (REYLI 1993: 272).

Ainda que alguns metodistas tenham obtido alguma projeção junto ao governo imperial e depois republicano, por suas atividades filantrópicas e educacionais, como Matha Watts e Hugh Clarence Tucker, institucionalmente a igreja procurou, durante muito tempo, não expressar suas posições políticas. Foi assim na Proclamação da República, na Revolução de 1930 e na guerra civil paulista de 1932.

Esse distanciamento foi quebrado somente em 1933, quando a igreja apoiou o reverendo Guaraci Silveira em sua candidatura ao cargo de deputado constituinte, que acabou sendo eleito deputado

pelo Partido Socialista Brasileiro. Silveira tornou-se uma referência na cruzada dos liberais contra os deputados católicos na questão envolvendo o ensino religioso nas escolas públicas (ALMEIDA: 2003).

Mas a separação entre fé e política ainda não estava resolvida. Na década de 1940, ao responder à indagação referente à atitude de um pastor numa situação em que fosse eleito para um cargo público, César Dacorso, então presidente do Colégio Episcopal, afirmou que esse seria colocado em disponibilidade. Isso significava ficar sem igreja. A partir dessa decisão Guaraci Silveira, eleito deputado em 1945, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, ficou afastado do ministério pastoral até sua morte, em 1952 (REILY 1993: 273,309).

Apesar de algumas lideranças leigas e clericais, a partir da década de 1950, terem assumido o debate político como uma das possibilidades de atuação nas sociedades onde estavam inseridas as igrejas, a oficialidade da igreja ainda era reticente quanto às manifestações públicas remetessem a algum tipo de politização. O silêncio, dessa forma, tinha muito a dizer.

A natureza conservadora de algumas manifestações anteriores e posteriores ao golpe

Há notas em jornais, sejam eles comerciais ou pertencentes aos grupos religiosos, que expressam visões de mundo, significados e concepções ideológicas sobre determinado tema em circulação na sociedade, senão de toda redação ou corpo editorial, pelo menos de representante expressivo de sua mantenedora. O que as justifica não é a autoridade de quem as escreveram e nem a profundidade do que é exposto, mas a circularidade do tema sobre o qual se ocupa. São notas sem autoria e funcionam como pequenos lembretes às margens dos artigos centrais. Elas dizem muito. Em informativos de igrejas cristãs elas são muito comuns e sinalizam para uma verdade a ser proclamada sem que alguém seja responsabilizada por ela. O leitor sem convivência com os editores e redatores e distantes do grupo de poder das igrejas não conseguem identificar quem as selecionam e as enquadram naquele espaço, quase sempre perto de uma reflexão teológica ou orientação pastoral. Quem lida o mundo da comunicação impressa sabe bem que recursos são esses. Não são dizeres destituídos de significados, antes, possuem um lugar social bem definido. Uma dessas notas foi publicada no informativo metodista de 1º de março de 1964, cujo tema foi “Lênin e a religião”. Não há comentários, não se faz análise textual ou compreensiva,

simplesmente foi transcrito um curto trecho, extraído do jornal espanhol *EL ECO*, de 1962, cuja autoria é dedicada a Lênin. As intenções de quem a selecionou não pode ser outra que não o alerta contra o comunismo, um perigo combatido sem tréguas pelas lideranças conservadoras do protestantismo da época. O que interessava era um pequeno trecho em que conclamava a “luta contra a religião”, não só por meio “prédica ideológica e abstrata”, mas também por meio da ação concreta junto aos movimentos de massas (Ano 79, n. 5: 01/03/1954). O alerta estava dado.

Do jornal Folha de São Paulo foi extraída e publicada uma pequena nota informando que os comunistas soviéticos estavam intensificando a campanha antirreligiosa, com a fundação do “Instituto de Ateísmo Científico”. Alertava-se para o fato de a campanha tentar alcançar escolas, filmes, peças teatrais e dias festivos. Fez-se questão de destacar, entre aspas, uma frase em que Hliytchev afirmava ser a religião contrária ao progresso. No 2º dia do golpe, a nota foi publicada na primeira página do jornal (Ano 79, n. 7: 01/04/1964).

Duas manifestações mais explícitas foram estampadas na primeira página da edição de 1º de junho de 1964, com letras garrafais e com bordas, para dar mais destaque. Na primeira, o pastor Newton Paulo Beyer, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, RS, expõe o pensamento dominante da oficialidade da igreja. As palavras iniciais dizem muito sobre a opção pela neutralidade tomada pela igreja:

Infelizmente o país foi sacudido por nova crise, de proporções maiores que as anteriores. Não compete à Igreja esmiuçar os acontecimentos e tomar posições, mas, sim, profeticamente exercer, junto aos homens, o juízo divino sobre a situação em geral, e, sacerdotalmente, interceder, junto a Deus, pela pátria conflagrada (Ano 79, n. 11:01/06/1964).

O pastor, além de defender a não tomada de posição, que no limite significa neutralidade, afirmou que não competia a igreja explicar aos seus membros, em detalhes, os acontecimentos políticos em curso. Na sua visão, competia a igreja reconhecer sua parcela de culpa, já que a crise era fruto da “ação maléfica e desagregadora do pecado”, e interceder por aqueles que nela estavam envolvidos (idem).

A segunda manifestação se refere à publicação de uma nota endereçada ao general Castelo Branco, escrita pela Confederação Evangélica do Brasil, na qual, depois de se invocar a proteção divina

ao novo mandatário, apontava-se para a necessidade da “reconstrução cristã-democrática da nossa pátria, assegurando e promovendo a justiça social e bem estar do povo, defendendo a soberania nacional e cristianizando a sociedade brasileira”. O manifesto foi finalizado com a afirmação de que o general-presidente teria “apoio moral e leal cooperação cristãos evangélicos” (idem).

O texto bíblico escolhido para orientar as reflexões dos metodistas durante toda a primeira quinzena de junho de 1964 identificava-se com a natureza conservadora das manifestações acima:

Lembra-lhes sejam submissos aos magistrados e às autoridades, que lhes obedçam, que estejam prontos para toda boa obra, que não digam mal de ninguém, que sejam pacíficos, alegres, cheios de mansidão para com todos (BÍBLIA SAGRADA: Tito 3, 1-2) (Idem).

Nessa perspectiva, esperava-se dos metodistas, naqueles momentos de quebra da legalidade institucional, que fossem submissos, mansos e pacíficos. Os militares colocariam a pátria nos trilhos.

O jornal ainda destacou a participação do pastor Walter Bastos Geraldo, quando esse, ao discursar “numa grande concentração cívica”, no dia 21 de abril de 1964, em São Roque, SP, afirmou que os metodistas não estavam preocupados “com as reformas da base”, mas “com as bases da reforma”. O tema suscitado se tratava das reformas de base de João Goulart, derrubadas com o golpe. Resta saber o que estava nas bases dessa reforma que preocupava tanto o pastor (EXPOSITOR CRISTÃO, ano 79, 01/08/1964).

A natureza avançada de algumas manifestações anteriores e posteriores ao golpe

As manifestações que consideramos avançadas em comparação ao silêncio da oficialidade ou às manifestações que se identificavam com os apelos conservadores das classes médias e empresariais, bem como dos militares e políticos anti-João Goulart, não representam uma tomada de posição da igreja, mas sinalizam para percepções mais críticas, tanto em relação ao golpe quanto em relação à cultura do distanciamento das questões político-partidárias, assumida pelo metodismo brasileiro desde o século XIX. Não há como não relacionar algumas temáticas desenvolvidas no jornal metodista aos acontecimentos que estiveram no centro dos conflitos ideológicos e institucionais do período. Temas como sindicalismo, desigualdades

sociais, reforma agrária, concentração de renda, organização operária constavam no núcleo da crise e foram tratados por alguns metodistas que não se escusaram em declarar autorias. Há que se destacar que muitos desses textos eram publicados no espaço do jornal reservado à Junta de Ação Social, um departamento que desde o século XIX coordenava as atividades assistenciais da igreja, mas que a partir da década de 1950 assumiu um discurso mais político, ainda que não identificado com instituições partidárias.

Essa junta publicou, em 15 de março de 1964, uma orientação composta a partir do artigo do leigo Silas Varela Fraiz, por sua vez publicado na Revista *HOMENS EM MARCHA*, também da Igreja Metodista. Nele, o signatário, após afirmar que não era “um místico do sindicalismo”, alertou que a ausência dos “evangélicos” contribuía para a existência de sindicatos sem afinidade com os interesses dos trabalhadores. Destacou não haver incompatibilidade entre o cristianismo e o sindicalismo. Foi mais além ao provocar os que criticavam os movimentos sindicais:

Penso que se Cristo vivesse hoje entre nós, não teria pavor de entrar para o sindicato de sua classe: o dos carpinteiros. E você trabalhador evangélico? Pedreiro, pintores, mecânico, bancário, comerciante, vendedor, médico, enfermeiro, professor, operário da pena e do martelo, trabalhador intelectual ou manual, onde está você? Colhendo os louros das vitórias conquistadas por seus companheiros de profissão, apesar de suas críticas injustas e descaridas? Ou batalhando ao lado deles, para melhoria das condições de vida dos trabalhadores de sua classe e de todos os demais? (*EXPOSITOR CRISTÃO*, ano 79, n. 6: 15/03/1964).

A defesa do sindicalismo foi expressa num período em que os setores conservadores da sociedade acusavam o governo João Goulart de ser conivente com as constantes greves promovidas pelos sindicatos das empresas privadas e do funcionalismo público. Os conservadores ainda acusavam os sindicatos de serem as portas pelas quais o comunismo estava entrando no País (*SKIDMORE*, 1982:364).

No dia 1º de abril de 1964, o jornal metodista publica um longo texto do presbiteriano Richard C. Smith, no qual os leigos protestantes são incentivados a formarem espaços associativos próximos às fábricas, minas e demais locais de concentração de trabalhadores. A narrativa de sua experiência em Santa Catarina é significativa para a compreensão do que se esperava das atividades junto aos operários:

Em Criciúma, a capital do carvão no Brasil, a Igreja Presbiteriana, onde trabalhamos, preocupa-se com a vida integral do homem – a alma, a mente e o corpo! Cuidamos dos pobres, formamos um programa de recreio, abrimos uma biblioteca, discutimos assuntos sociais, incluímos a reforma agrária, o homem industrial, etc. A Igreja também mantém um curso de alfabetização de adultos.

Entre os assuntos sociais estava a reforma agrária, um dos eixos das reformas de base proposta pelos ministros de João Goulart e que causava horror aos grandes proprietários rurais. Capitaneada pelas ligas camponesas de Francisco Julião, a reforma agrária era entendida pelos conservadores como mais uma ameaça comunista. O simples fato dessa temática ser tratada pelo grupo de presbiterianos e essa experiência ser veiculada no jornal metodista revela que para alguns protestantes essa não era uma ideia tão temerária quanto supunha os defensores do golpe. O texto foi finalizado alertando que não seria “papel dum cristão ficar fora dos negócios do sindicato”, pelo contrário (EXPOSITOR CRISTÃO, ano 79, ano 7:01/04/1964).

Texto bem mais contundente foi escrito pelo reverendo Nathanael Inocêncio do Nascimento, da Igreja Metodista Central de São Paulo, com o título “A sobrevivência da democracia”, publicado em 1º de maio de 1964. O encadeamento de suas ideias, que tinha como foco denunciar a economia liberal como a via de desenvolvimento do País, obedeceu a lógica de não deixar de lado as ideologias em conflito nos momentos próximos ao golpe. De início argumentou que a adoção de princípios sociais e econômicos considerados de “esquerda” não seria a solução para os problemas brasileiros porque isso significava passar o poder de um grupo para outro sem alterar as reais condições de desigualdade. Combater as injustiças por meio de violência não tinha se mostrado uma boa solução, pois os países que conheceram processos revolucionários radicais não tinham eliminado as diferenças de classe.

Logo em seguida critica os considerados de “direita” pela defesa do desenvolvimento econômico como a única via de sanar as injustiças sociais. Para o reverendo, os países mais desenvolvidos do mundo não conseguiram resolver seus mais graves problemas sociais, como o desemprego. Além do mais, observa o arguto clérigo, o superdesenvolvimento dos países ricos não se traduzia benefícios para toda a população. Depois de expor a inconsistência das justificativas da “esquerda e da direita” começou a desenhar

as suas conclusões. Voltando suas observações para os problemas brasileiros, alega que naquele momento de crise seria imperativo “extinguir os privilégios e manter os direitos”, pois “os privilégios pertencem a alguns” e os “direitos devem ser estendidos a todos”. Na visão do reverendo, os privilégios de poucos eram originários na representação política da maioria da população. Para ele, “o trabalhador rural não tem representação nos legislativos e o trabalhador urbano ou tem em números inexpressivos ou parlamentarmente inoperante”. Em sua maneira de compreender o contexto social, político e econômico, a representação liberal seria a responsável pela manutenção das desigualdades, porque ela não teria condições de “sentir na carne”, a opressão gerada pela manutenção dos privilégios. Discurso que em nada devia para os proferidos pelos líderes sindicais do final da década de 1970. O final do seu texto ecoa como um manifesto:

Inicia-se a era política da representação das classes, classes que são o enquadramento básico das populações pelas condições econômica-sócio-culturais vigentes nas comunidades contemporâneas.

Democracia sim! Governo do povo, pelo povo e para o povo: Mas, não mais democracia liberal (EXPOSITOR CRISTÃO, ano 79, n. 9: 01/05/1964).

A data escolhida para a publicação tinha coerência com o conteúdo do texto: 1º de maio, Dia do Trabalhador. A representação liberal não foi extinta e a representação por classe não aconteceu, aliás, em poucos anos o golpe ceifaria as poucas representações dos trabalhadores, ou mesmo todas as representações que lhes eram opostas. Mas os dizeres de Nathanael Inocêncio de Nascimento expressa o sentimento de muitos protestantes, sentimentos esses em muito sufocados pelo regime militar instaurado.

Outro conjunto de artigos que sinaliza para os avanços que alguns metodistas pretendiam para a igreja foi publicado entre março e outubro de 1964, com o título “Cristianismo: ópio do povo”. Apesar de fazer referência a célebre frase de Marx, em “A ideologia alemã”, o seu autor Henrique Maurer Jr. , critica a prática religiosa ritualista, bem como a religiosidade “contemplativa , fundamentalista e ritualista”. Palavras de igual teor foram publicadas com a autoria de José Teixeira de Melo, de Belo Horizonte, MG. Para esse pastor, se os cristãos se calassem “diante dos desalmados que exploram o seu próximo”, estariam “concordando com a sementeira da miséria”.

Da mesma forma, no artigo “A ética cristã no mundo”, Joel O. Lima chamou a atenção para o fato de que o assistencialismo, prática costumeira das classes abastadas em busca de “sedativo para suas consciências”, não coadunava com os princípios do cristianismo. Para o autor, “o que as classes menos privilegiadas economicamente exigem é justiça e não esmola” (EXPOSITOR CRISTÃO, ano 79, n. 13: 01/07/21964). São expressões que identificam os discursos de alguns protestantes aos de alguns católicos que apoiavam reformas políticas voltadas às camadas populares. Os temas nodais da crise de 1964 emergiam com força nessas vozes. Mas para além dos dizeres, existiam as práticas, como as deflagradas na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, quando os militares tornaram o regime deflagrado em 1964 ainda mais autoritário.

As práticas contestatórias e conservadoras de 1968 na Faculdade de Teologia

O clima político em torno das Reformas de Base, propostas no governo de João Goulart invadiu a Faculdade de Teologia, em São Bernardo do Campo, SP. Os documentos produzidos pela juventude e pelas principais lideranças de seu seminário revelam muito do teor contestatório às desigualdades sociais, tão em voga no período. Reily lembra que muito do discurso revolucionário dos alunos e professores desse seminário não pode ser dissociado da teologia social produzida pela Confederação Evangélica Brasileira e da Teologia da Libertação da Igreja Católica Apostólica Romana, fruto do Concílio Vaticano II (1961-1965), convocado pelo Papa João XXIII (1993:314, 344).

O envolvimento da Igreja Metodista do Brasil nos problemas que afligiam a sociedade brasileira era defendido em dois importantes setores da Igreja: na Junta Geral de Ação Social, onde se destacavam os reverendos Almir dos Santos e João Paraíba Daronch da Silva, e na Faculdade de Teologia. Em 1967, no bojo do clima ecumênico que se instaurara no seminário metodista, Dom Helder Câmara, bispo católico engajado na Teologia da Libertação, foi convidado a ser o paraninfo dos formandos (REILY, 1993:345,400). Esse episódio não agradou o Gabinete Geral da igreja, formada por lideranças pouco afeitas a inovações. Mas o pior ainda estava por vir. No primeiro semestre de 1968, uma profunda crise se instalou envolvendo alunos, professores, Conselho Diretor e o Gabinete Geral da igreja. Aconteceu de tudo nessa crise: denúncias contra o uso de

fumo e álcool pelos alunos, greves dos alunos, uso das dependências da faculdade para assembleias da União Estadual dos Estudantes sem a autorização do Conselho Diretor, tomada dos campus da faculdade pelos alunos, denúncia dos estudantes contra o excesso de poder das autoridades metodistas no campus. O movimento estudantil de 1968 entrara definitivamente no seminário metodista. No ápice do conflito, o Gabinete Geral optou por fechar o seminário, fazendo com que a crise envolvesse toda igreja, opondo de um lado os progressistas e de outro os conservadores. No primeiro grupo constavam a juventude da igreja e alguns moderados e, no outro, as lideranças da Sociedade Metodista de Homens. E muitos pastores de longa data (MESQUITA, 1997: 103-113). Em 1969, a Faculdade Metodista foi reaberta, mas as feridas causadas pelas denúncias dos grupos envolvidos demoraram a se cicatrizar.

Essa crise deixou marcas nas esferas avançadas e conservadoras da igreja. A juventude da igreja foi proibida de ser organizada como federação, dado o receio de novos tumultos. Mesmo os discursos de envolvimento social da igreja arrefeceram.

Na década de 1970, a igreja se preocupou mais em aquilatar sua estrutura eclesial, distanciando-se dos temas políticos externos que a envolveram na década passada. Foi somente a partir de 1978, no rastro dos movimentos por democracia, tais como as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, as greves dos professores de diferentes sistemas de ensino público, as denúncias às torturas e perseguições políticas, a anistia aos exilados políticos, que os setores mais progressistas da igreja retomam o lema da fé interligada às práticas sociais. Novamente a Faculdade de Teologia e a sua juventude, por meio das Federações e Confederação de Jovens, lançaram-se na propagação da ideia de uma igreja voltada para os interesses sociais. O clima político externo entrava novamente pelas portas dos templos e escolas.

O que os dizeres e práticas dos metodistas nos momentos de instauração e consolidação do regime militar podem nos revelar? Uma constatação bem cristalizada é que os metodistas foram envolvidos pelo clima político da época e reagiram a ele, seja na forma de silêncio, seja na forma de aceitação das ideias conservadoras, seja na forma da crítica às injustiças sociais e à religiosidade formalista, todas de natureza política, ainda que se negue tais escolhas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Vasni de. *A educação, a ordem e a civilidade: práticas educativas do meto-
dismo em Ribeirão Preto, Birigui e Lins (1899-1959)*. Assis: Unesp. Tese de Doutorado
em História, 2003.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart – as lutas sociais no Brasil
(1961-1974)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- JORNAL EXPOSITOR CRISTÃO. São Bernardo do Campo: Biblioteca da Faculdade
de Teologia, 1964.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Fontes, 4^a.
Edição, 2006.
- _____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 6^a. Edição,
2005.
- REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo:
Aste, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de JA-
NEIRO: Paz e Terra, 1982.